

## SUMÁRIO

Apresentação.....	3
1. Peculiaridades do desenvolvimento capitalista.....	5
Os “clássicos” contestados: as teorias do subdesenvolvimento e da estagnação .....	7
A exportação de mercadorias e as bases para a industrialização (o caso do Brasil em articular).....	11
Os parâmetros (condicionantes) da industrialização subordinada.....	13
Peculiaridades do desenvolvimento capitalista no Brasil.....	17
O milagre e sua crise .....	24
Bibliografia.....	29
2. Brasil, 1984: fim de tragédia ou recomeço da farsa? .....	33
Endividamento e modernização capitalista.....	35
O Brasil debaixo da ocupação imperialista: os gerentes locais assinam as dívidas.....	36
Os endividados pagam a paz social americana e seu exército de ocupação mundial .....	37
A “transição sem traumas” .....	42
3. Do assim chamado “pensamento único” .....	45
I.....	45
II.....	49



# BRASIL, POLÍTICA: ESTRUTURAS, CONJUNTURAS, CONJECTURAS

*Reginaldo C. C. de Moraes*

Deptº de Ciência Política do IFCH/UNICAMP

## Apresentação

Este caderno reúne três textos. O **primeiro** deles tem o pretencioso título de *Peculiaridades do desenvolvimento capitalista no Brasil*. O **segundo** é apresentado na forma de uma pergunta, talvez um pouco retórica: *Brasil, 1984: fim de tragédia ou recomeço da farsa?* O **terceiro** - *Do assim chamado 'pensamento único'* - refunde duas notas originalmente publicadas como editoriais da revista *Educação & Sociedade*.

Uma palavra a mais deve ser dita sobre os dois primeiros ensaios. Constituem nova redação para antigas notas de trabalho, tomadas há cerca de 15 anos. Reexaminadas com essa distância, as obser-

vações pareceram úteis para uma retrospectiva histórica e um ensaio de interpretação do passado, mas também para delimitar, em alguma medida, exercícios prospectivos, a vislumbrar futuros possíveis ou desejáveis (supondo, com algum otimismo, que as duas coisas ainda possam coexistir).

De qualquer modo, melhor trazê-las a outros leitores, ao invés de continuar relegando-as à famosa crítica roedora dos ratos, que de resto, em tempos recentes, parecem ter mais o que fazer.

## 1. PECULIARIDADES DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL

Quem ainda hoje, desafiando a moda, relê os trabalhos de Rosa de Luxemburg sobre os esquemas de reprodução ampliada de Marx (A Acumulação do Capital, 3ª parte), encontra a tese de que a realização da mais-valia só é possível no exterior de uma sociedade burguesa “pura” (LUXEMBURG, 1970; pp. 298-300), supondo, portanto a existência de uma espécie de “zona social não-capitalista” (LUXEMBURG, 1970; p. 316). O capitalismo viveria desse entorno – ou antes, viveria da ruína dessas formações periféricas (LUXEMBURG, 1970; p. 363). Ora, conclui Luxemburg, o capitalismo é uma forma econômica que tende a estender-se com exclusividade e ao mesmo tempo não pode existir sozinho no mundo, “sem outras formas de alimentar-se, e, assim, fracassa pela incapacidade interna de seu desenvolvimento” (LUXEMBURG, 1970; p. 411). Repare-se que a teoria do imperialismo de Luxemburg centraliza suas atenções na venda das mercadorias e concede assim uma particular importância à conquista de mercados exteriores – o que pode ser entendido de dois modos: exploração de setores pré-capitalistas no interior da nação e conquista de mercados nos países atrasados.

O ponto de vista de Lenin, embora venha da mesma fonte teórica, tem matizes diferentes. Como se sabe, Lenin observa (LENIN, 1976; capítulo IV) que uma das características fundamentais do imperialismo é a predominância da exportação de capitais e não de merca-

dorias. As condições para a exportação de capitais estariam no fato de que certos países atrasados teriam sido arrastados para as engrenagens do capital mundial. A necessidade da exportação, por outro lado, resultaria da “maturidade excessiva do capitalismo em certos países, onde o capital carece de alocações vantajosas” (LENIN, 1976; pp. 82-3).

Tratava-se – para a época e para os dados de que Lenin provavelmente dispunha – de uma previsão a partir duma tendência. E tinha um corolário político: a era do imperialismo e da exportação de capitais colocava a revolução proletária na ordem do dia, inclusive para os países atrasados. Assim, para esse autor, em 1917, os fatores que entravam a formação do “capitalismo nacional clássico” e de uma burguesia industrial nacional eram os mesmos que colocavam o proletariado na linha de frente da revolução, no “elo mais débil da cadeia imperialista. Na verdade, esse tipo de análise é anterior às “teses de abril” (1917). Ele fora desenvolvido com Trotsky, em seu “Balço e Perspectivas” (1906). Uma das preocupações de Trotsky era questionar a idéia – sugerida, é bem verdade, em textos assinados por Marx<sup>1</sup> – de que um movimento político independente do proletariado só faria sentido quando a burguesia tivesse tomado e conformado a seus interesses o aparato do Estado Nacional (TROTSKY, 1979; p. 55).

Trotsky procura mostrar como a Rússia conheceu de um golpe o capital na sua forma mais acabada, o capital financeiro. O estado absolutista e o tzarismo representavam desse modo a forma pela qual a burguesia financeira européia explorava o trabalho na Rússia. Os empréstimos internos, realizados por instituições nacionais de crédito

---

<sup>1</sup> Artigos para o jornal americano *The Tribune* (1851-1852), depois republicados em *Revolução e Contra-revolução* na Alemanha.

dito, eram “bancados” por capitalistas estrangeiros. O camponês russo era assim convertido em “tributário da bolsa mundial de valores” e a autocracia se transformava num “gigantesco objeto de especulação (TROTSKY, 1979; p. 35). Para a aristocracia financeira européia, o absolutismo garantia os juros de usura. O estado absolutista apoderou-se dos métodos de administração e dominação muito antes que a burguesia capitalista conseguisse se desenvolver ao nível da economia nacional” (TROTSKY, 1979; p. 37). Por outro lado, os capitais europeus viam na Rússia um campo fértil para investimentos industriais, sobretudo pelos seus recursos e pelo mercado de trabalho ainda não habituado à resistência (TROTSKY, 1979; p. 37) . Uma parte considerável do capital russo é imigrado. O proletariado aumenta em número, força e influência, de modo a não guardar proporção com o crescimento do liberalismo burguês, cuja base social teria estado na pequena-burguesia urbana (TROTSKY, 1979; p. 35). Um proletariado jovem e extremamente concentrado defronta-se com o estado absolutista. Entre os dois, apenas uma burguesia capitalista numericamente frágil, com forte extração estrangeira, sem tradições históricas e movida apenas pela avidez do lucro (TROTSKY, 1979; p. 38).

## OS “CLÁSSICOS” CONTESTADOS: AS TEORIAS DO SUBDESENVOLVIMENTO E DA ESTAGNAÇÃO

Durante algum tempo, as previsões de Lenin e Trotsky sobre a exportação dos capitais pareceram contestadas pela evolução do capital. E as objeções a sua teoria pareciam de todo acertadas. Com efeito,

em primeiro lugar, a criação do mercado mundial capitalista não se identifica com a difusão mundial da produção capitalista, ou, mais precisamente, do trabalho assalariado. Em segundo lugar, a mais-valia produzida nos países dominados é predominantemente investida nos países exportadores de capital. Inicialmente, este processo freia a formação do capital industrial nos países dominados; depois, dá a esta industrialização uma forma bastante peculiar.

Essas duas constatações parecem, à primeira vista, anular os argumentos de Lenin, ou pelo menos sua forma mais esquemática, aquela que reduz a teoria da expansão imperialista a uma linear e progressiva homogeneização da economia mundial capitalista, sob o signo da grande indústria e do trabalho assalariado. A partir dessas constatações teríamos razões que talvez nos levassem a crer numa tendência à estagnação dos países dominados pelo imperialismo. Dissc poderia resultar uma teoria dos obstáculos estruturais à expansão capitalista (em particular o capital industrial) nesses países. E teorias dessa natureza foram efetivamente desenhadas, em várias versões, sobretudo a partir dos anos '50 deste século.

O argumento estagnacionista ressalta que o excedente gerado nos países coloniais e semi-coloniais é predominantemente “exportado” para os países dominantes e só aí se transforma em capital. Daí, não se teria o desenvolvimento dum capitalismo autônomo (ou induzido) nos países dominados. Esta seria a causa maior da paralisia econômica, do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, das “distorções” no aparato produtivo e na estrutura de classes na periferia. Nesse tipo de especulação que está presente nas análises de Baran, por exemplo (e ele a reconhece como especulação): se o excedente eco-



nômico apropriado pelo país dominante fosse investido no país dominado, teria suscitado um “desenvolvimento nacional independente” (BARAN, 1972; pp. 219).

Um outro autor famoso dessa corrente, A. Gunder Frank, expõe, repetida e detalhadamente, a tese segundo a qual “o excesso secular das exportações dos países subdesenvolvidos sobre suas exportações, através de todo este período, significou uma contribuição fundamental para a acumulação de capital, o progresso tecnológico e o desenvolvimento econômico dos países agora desenvolvidos; e a geração deste excedente de exportação dos países agora subdesenvolvidos desenvolveu então o modo de produção que subdesenvolveu a Ásia, África e América Latina” (GUNDER FRANK, 1980; p. 210-211).

Desse modo, retomando cálculos ordenados por Samir Amin, descreve a drenagem de capital dos países subdesenvolvidos. Essa drenagem implica no não-investimento (na acumulação local) de uma parcela do excedente. Mais ainda: ela desindustrializaria alguns países (Índia, Países Árabes, América Latina, etc.) , transferindo as ligações para a frente e para trás (backward and forward linkages) para a economia metropolitana (GUNDER FRANK, 1980; pp. 146-148). Portanto, apenas na metrópole seria potencializada a acumulação – com todas as suas conseqüências, inclusive o emprego e as conquistas político-sociais da cidadania.

As teorias do desenvolvimento, ou de superação do subdesenvolvimento, nas suas diversas vertentes, procuraram vislumbrar a quebra desse círculo vicioso. Se operada esta ruptura, tudo se passaria como se a nação se colocasse sobre os próprios pés. E nesse caso seríamos levados a pensar enfim como factível a reconstituição, na perife-

ria, do caminho clássico da expansão capitalista, ou pelo menos em um seu similar.

Mas a história foi outra. E a dificuldade passou a residir em outro endereço: explicar como a produção capitalista – e, mais precisamente, o próprio capital industrial – decolou, em algum desses países semi-coloniais, sem o "desenvolvimento nacional independente", mas exatamente sob o imperialismo. Efetivamente, percebia-se a cada passo com mais clareza que a submissão do planeta ao capital e o nascimento de uma história mundial não implicam uma necessária homogeneização do mundo. A internacionalidade do capital não significou, nem significa, a implantação, em todos os momentos e lugares, de uma forma única e previamente determinada de organizar a produção forma essa calcada na relação capital-trabalho assalariado. Assim, por exemplo, o capital comercial, na América Latina, não só explorou formas de produção pré-existentes à conquista, como comumente se demonstra, mas superou o âmbito da circulação e invadiu o da produção, constituindo a economia colonial e inventando o tipo de trabalhador de que necessitava<sup>2</sup>.

Também por isso, compreender a forma de industrialização na América latina implica em reconhecer sua especificidade, sua dupla determinação, como diz o conhecido estudo de João Manuel Cardoso de Mello: seu ponto de partida (a economia exportadora capitalista) e seu momento (a era em que o capital monopolista abraça o mundo, (MELLO, 1975, pp. 100-101). Ora, se a compreensão do fenômeno

---

<sup>2</sup> Cf. a respeito CARVALHO FRANCO (1975) e, de outro ângulo, Mello (1975).

“periférico” implica inseri-lo, desde logo, na totalidade das relações de poder da economia mundial capitalista, isto viria a contrariar a expectativa de contemplar uma história algo linear, em que se desvela um suposto modelo clássico de expansão capitalista, definido nos limites nacionais e caracterizado por uma evolução do artesanato à manufatura e à fábrica, o famoso espelho que os países “adiantados” ofereceriam aos “atrasados”. Se é que se pode falar de um “modelo”, ele deveria então ser entendido desde logo como a história do capital enquanto processo mundial. E a industrialização da América Latina apareceria como um seu momento constitutivo, não como um “exemplo nacional”.

#### A EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS E AS BASES PARA A INDUSTRIALIZAÇÃO (O CASO DO BRASIL EM ARTICULAR)

A fórmula que afirmava o subdesenvolvimento como produção do desenvolvimento ganhou repercussão polêmica com os trabalhos de Gunder Frank, desde os anos '60. Contudo, sua origem deve ser buscada de certo modo no próprio marxismo. Na conquista do mercado mundial pela indústria capitalista, um papel central cabe à obtenção do monopólio de produtividade (inicialmente por parte da Grã-Bretanha). A imposição do livre câmbio destruiria formas seculares de manufatura, existentes principalmente nos países asiáticos, impedindo ou fazendo retroceder uma eventual ou suposta evolução “natural” nos quadros nacionais (MANDEL, 1972, vol. II, p. 64; PRADO Jr, 1971, p. 257). Os traços característicos do “subdesenvolvimento” notados nessas sociedades – desemprego dos artesãos, seu deslocamento para

determinadas formas de agricultura e para a mendicância, um modo todo particular de propriedade e uso do solo, etc. – seriam assim produzidos pela submissão do país às leis do capital europeu.

Do ponto de vista dos “países hegemônicos”, as colônias – como mercados exteriores – aumentam a propensão a investir. As economias “primitivas” tornadas “subdesenvolvidas” darão continuidade a esse papel, além de serem fontes, a baixo custo, de produtos primários ou de bens intermediários de escasso tratamento. Nesse sentido, neutralizariam a tendência declinante da taxa de lucro, apontada por Marx. Tomada a noção de “mercado exterior” no sentido de Luxemburg contudo, nessa categoria ainda se enquadra o próprio “subdesenvolvimento interno” com a extensão de fronteiras pioneiras de exploração selvagem – além da extensa e precoce participação do Estado na economia de alguns países:

“No caso dos EEUU, o deslocamento da fronteira para o Oeste cumprirá o papel de mercados exteriores (...). Para a Alemanha e o Japão, países late comers com relação à Inglaterra, seu desenvolvimento passará por uma participação do estado mais precoce e mais decisiva na vida econômica (...). Pode-se tratar também de mercados oferecidos pela intervenção do Estado (Japão, Alemanha e economia de armamento), na medida em que a acumulação do capital efetuada por este não responde estritamente ao critério do lucro”<sup>3</sup> (\*).

---

<sup>3</sup> SALAMA, 1972, pp. 122-3. É bom lembrar o papel que exerceram fatores como esses na definição dos 'milagres' do capitalismo contemporâneo. Levar em conta o significado, para o “milagre alemão”, dos refugiados vindos da República Democrática Alemã e dos imigrados de outros países; dos imigrados na França, Suíça, países do Benelux; para o Japão, levar em conta a importância da desagregação da economia dita tradicional; para o 'boom

Como se sabe, porém, não é a exportação de mercadorias que configura e define as relações essenciais do imperialismo. É sobretudo a exportação de capitais. É certo que, para os países dominados, esta última tem seu ponto de partida, como já se disse, com o direcionamento da maior parte de sua produção agrícola e mineira em direção ao comércio mundial. No entanto, este último enforma paulatinamente a própria produção. Com frequência, a organização da produção capitalista de matérias primas para o mercado mundial significará essencialmente, no domínio agrícola, a introdução de uma economia de grandes plantações, servidas por uma razoável divisão, organização e disciplina do trabalho, por uma contabilidade mais racional, próxima de um capitalismo manufatureiro (MANDEL, 1976, v. 1, p. 189). Note-se: uma outra forma de dominação se torna indispensável quando não se trata mais de garantir um único pagamento, mas um fluxo contínuo de excedente, traduzido em dividendos, juros, amortizações, patentes, etc. E é essa relação que se torna, passo a passo, a regra de atuação do capital, que se internacionaliza e se diferencia.

## OS PARÂMETROS (CONDICIONANTES) DA INDUSTRIALIZAÇÃO SUBORDINADA

Alguns dos países dominados se industrializarão. Esse processo porém, ocorre sob a dupla determinação destacada por Mello – e

---

italiano, notar o fluxo do Mezzo Giorno (fluxo migratório e de produtos agrícolas) e da Itália Central rumo à Itália setentrional. Ver, a esse respeito, por exemplo, SINGER (1972) e MANDEL (1971, p. 16; e também 1976, vol I, pp. 333-4).

que caracterizará a história desses países, desenhando seus traços dominantes.

A primeira determinação, como se disse, é o fato de que, para o bem e para o mal, o desenvolvimento da indústria entranha suas raízes nas bases constituídas pela economia exportadora. Assim, para o caso do Brasil, Werner Baer, por exemplo, dirá:

“A força básica deste crescimento industrial foi o boom do café, baseado na mão de obra imigrante livre. Investimentos substanciais de infra-estrutura para servir ao setor cafeeiro (estradas de ferro, usinas elétricas, etc.), financiados pelos plantadores ou por capital estrangeiro, proporcionaram as condições para maior produção industrial local e, gradualmente, criaram uma demanda por peças sobressalentes produzidas no local. A grande população de imigrantes empregados no setor cafeeiro e setores correlatos proporcionou um grande mercado para artigos de consumo baratos (BAER, 1975, p. 288; TAVARES, 1973, pp. 30-31; 102)

Freqüentemente porém se tem lembrado que o empuxe decisivo para a industrialização brasileira teria sido a crise de 1929 (e depois a II Guerra Mundial), com o relativo enfraquecimento dos laços com a economia mundial, dando oportunidade (ao mesmo tempo que exigindo) a produção interna de alguns bens industriais<sup>4</sup>. Contudo, como aponta Mello, isto só pôde se efetivar a partir de uma base constituída pelo desenvolvimento industrial dos anos 20 (modernização da indústria de bens de consumo assalariado e diferenciação da estrutura in-

---

<sup>4</sup>É o caso de autores muito diferentes: Salama (1972, pp. 16-19), BAER (1975; p. 24) e Caio Prado Jr. (1971, parte final).

dustrial, com a pequena indústria do aço e do cimento) (MELLO, 1975; pp. 179-181). E tal desenvolvimento por sua vez, só foi possível sobre os alicerces de uma situação favorável da economia cafeeira exportadora, que cumpriu inclusive o papel de substituto (pela garantia de importações) do departamento de bens de produção (MELLO, 1975; pp. 105 e 110).

A “segunda determinação” sugerida por Mello diz respeito ao momento histórico desse processo. A crescente industrialização interna corresponde a uma simultânea “redistribuição de lucros no seio da burguesia imperialista a favor dos setores monopolistas que exportam bens de equipamento” (MANDEL, 1972, vol II, p. 99). Por isso, a indústria – embora já nasça grande, em certo sentido (SILVA, 1976; Cap. IV) – desenvolve-se inicialmente pelos ramos ligeiros, com baixa composição orgânica do capital, em geral ramos que complementam, mais do que concorrem com os monopólios internacionais<sup>5</sup>. A industrialização se dará ainda num quadro de grandes restrições, que Mello sintetiza na afirmação de que as bases técnicas e financeiras de acumulação seriam insuficientes para a instalação imediata da indústria de bens de produção, o que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda (MELLO, 1975; p. 116).

Ora, nos países em que a industrialização se aprofunda desse modo, como é o caso do Brasil, surgirão problemas crônicos para o balanço de pagamentos. Assim é que, durante a II Guerra, teriam sido acumuladas no Brasil vultosas reservas cambiais (BAER, 1975, p. 39;

---

<sup>5</sup>Cf. BAER (1975; p. 13), sobre o peso importante dos tecidos, alimentos e calçados na produção industrial dos anos 1920-1950.

LESSA, 1975, pp. 8-9), mas entre 1945-47, elas teriam diminuído sensivelmente, chegando ao estrangulamento em 1947 (LESSA, 1975, pp. 8-9). Grande parte das divisas teria sido queimada em importações “não-essenciais” e na aquisição de ativos estrangeiros obsoletos existentes no país (por exemplo: aquisição da rede de transporte terrestre e marítimo implantada na “fase cafeeira”). A industrialização substitutiva de alguns bens intermediários e equipamentos, sob o comando do capital estrangeiro, surgirá como imposição do estrangulamento (ALMEIDA, 1974, p. 47; BAER, 1975, p. 25). A estratégia de substituição de importações irá se definindo como uma prefiguração das chamadas “políticas de desenvolvimento” (LESSA, 1975; p. 6).

É importante enfatizar que se trata, neste caso, de uma política de industrialização através da internacionalização da produção interna, não configurando, implicando ou exigindo o nascimento de uma burguesia local forte, independente, etc. A própria legislação dita protecionista, em tais condições, se mostrará, em verdade, favorável à penetração do capital internacional, que, por sua vez, estará reorientando investimentos para a área da indústria de transformação. Este protecionismo se definirá mais precisamente na década de 1950, com o aumento das inversões públicas, a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952; a instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), em 1953, reforma cambial que institui as taxas múltiplas e favorece a implantação de indústrias; etc. (LESSA, 1975, pp. 10-11; 112, p. 127). Mas é com a Lei de Tarifas Aduaneiras (1957) e com a Instrução 113 da SUMOC (1955) que a política “protecionista” mais atrai o capital estrangeiro, o qual, altamente subsidiado e remunerado, passa da importação à



montagem e desta para a fabricação completa (BAER, 1975, pp. 48-51; 112, p. 202). A pesada industrialização dos “cinquenta” anos compreendidos entre 1956 e 1961 – crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e bens de consumo durável previamente à expansão dos mercados – salienta assim o papel do novo capital estrangeiro (fundamentalmente capital de risco). Salienta igualmente o papel do Estado, seja pelas economias externas que fornece (investindo em energia, transporte, etc.), seja pelo seu papel de demanda, pelo gasto público amparado nas emissões e no confisco cambial (MELLO, 1975, pp. 124-5).

## PECULIARIDADES DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL

A dupla determinação acima referida conferirá à indústria brasileira uma fisionomia peculiar, cujos principais traços poderiam ser sintetizados da seguinte forma:

- 1) Ela já nasce “grande”, não sofrendo a evolução do artesanato à grande fábrica, como teria ocorrido nos países capitalistas que primeiramente se industrializam (caso da Inglaterra e França);
- 2) Gerada como momento de diferenciação do capital monopolista que abraça um espaço cada vez mais planetário, a indústria brasileira já surge sob a espectro da internacionalização, que não pára de se aprofundar (SALAMA, 1972; p. 161). As dimensões da empresa multinacional, o domínio que ela tem sobre uma série de

“economias externas”, sobre descobertas tecnológicas, etc., “lhes permitem estabelecer uma estratégia de maximização do lucro global” (SALAMA, 1972; p. 164), e com muito menor risco (FAJNZYLBER, 1973, p. 24), sendo grande a diferença de ritmos de crescimento entre empreendimentos 'nacionais' e 'multinacionais' (FAJNZYLBER, 1973; pp. 42 e 27-28). Nesse confronto, é flagrante a vulnerabilidade dos empreendimentos nacionais, o que se acaba revelando no ritmo em que são absorvidos (e/ou integrados) pelos grandes grupos estrangeiros <sup>6</sup>;

- 3) A tecnologia dessa indústria é fundamentalmente importada e comprometida com a estágio avançado do capital mundial. Isso significa que sua organização dos fatores de produção, assim como suas escalas mínimas, são projetadas para os países avançados, o que define e consolida uma estrutura produtiva, no essencial,

---

<sup>6</sup>Em um estudo que se refere a filiais de empresas internacionais norte-americanas, se estabelece que das 1325 filiais localizadas na região (AL) 638 (48,2%) constituem realmente novas empresas, 478 (35,8%) têm sua origem na aquisição de outras empresas, 105 (7,9%) são ou bem empresas resultantes de fusões de filiais já existentes, ou bem novas empresas criadas como consequência de diversificação horizontal ou vertical de filiais já existentes” (FAJNZYLBER, 1973; p. 30). “No caso das empresas nacionais, os altos níveis de preços internos, determinados em grande medida por níveis de proteção, que dão origem e estabilidade às estruturas oligopólicas, se traduz por uma transferência de rendas dos consumidores para os produtores locais. Pode-se supor, não obstante, que as rendas assim transferidas terão efeitos secundários dentro do país. Essa é uma diferença importante com respeito ao que ocorre com as empresas internacionais. Nesse caso, a política protecionista conduz, por via dos altos preços internos, a uma transferência de renda dos consumidores locais para os consumidores ou produtores do exterior” (FAJNZYLBER, 1973; p. 35).

oligopólica, que, confrontada com as dimensões dos mercados locais sub-utiliza sua capacidade instalada. O alto custo unitário dos produtos torna aparentemente indispensável a compensação 'protecionista' (FAJNZYLBBER, 1973, p. 49; I, p. 50);

- 4) Ainda como fruto da divisão internacional do trabalho, fica fora do país o setor I da economia (bens de capital, equipamentos, tecnologia de ponta, etc.) – que, não fosse esse o caso, moderaria o desemprego tecnológico (provocado pela alta mecanização do setor II) e a conseqüente queda do poder aquisitivo das massas. Na verdade, a quase-ausência desse setor I, no país dominado, dinamiza o seu crescimento (e do emprego) nos países imperialistas. Ao mesmo tempo, isso provoca dificuldades para o Balanço de Pagamentos no país dominado (OLIVEIRA, 1977, pp. 84-5);
- 5) a estrutura do emprego tem uma aparência dual:
  - a) num dos polos, tem-se a mão de obra não qualificada ou de baixa qualificação (dada a forma da industrialização, uma enorme massa de empregos operários é destruída ou nem chega a ser criada);
  - b) de outro lado, forma-se um setor altamente especializado da força de trabalho (técnicos, engenheiros, etc.)<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup>Cf. SALAMA, Pierre – (98; p. 65). E ainda, de outro ângulo: “Por outro lado, o número de pessoas ditas desempregadas ou subempregadas e que dispõem de aptidão e qualificação compatíveis com as exigências do mercado de trabalho é insignificante. A grande maioria representa um potencial humano, mas não uma 'reserva de mão de obra'; as oportunidades para o seu ingresso na força de trabalho são espacialmente e funcionalmente limitadas. No espaço, são quase restritas às zonas rurais; funcionalmente, limitam-se aos trabalhos braçais” (ALMEIDA, 1974, p. 21).

Do ponto de vista econômico, esse crescimento por exclusões tem uma certa importância. E do ponto de vista social e político, ainda mais. Um estudo do GEGRAN (1969) notava que a maior parte (mais de 80%) dos não-qualificados empregados no setor de produção da indústria da RGSP era composta de trabalhadores “adestrados” ou semi-qualificados. Os braçais puros correspondiam a mais ou menos 1/6 da categoria. A indústria da RGSP absorveria portanto proporção negligenciável da grande oferta de mão-de-obra não qualificada proveniente de migrações rurais. A hipótese do estudo é que o processo de adaptação se daria no próprio trabalho. Papel importante caberia, nesse caso, às indústrias de construção e de produtos alimentares, as que empregam maior proporção de braçais, entre os não-qualificados.;

6) O mercado fundamental para a produção situa-se em dois polos: o mercado externo e um setor bastante específico do mercado interno.

Quanto ao mercado externo, fundamentalmente, é comprador de matérias primas, alimentos, minérios e semi-manufaturados. Lembremos que, por definição, a força de trabalho entra aí como custo (GUNDER FRANK, 1980, p. 171; AMIN, 1973, p. 167).

Para o mercado interno, a primeira observação importante a fazer é a seguinte: a força de trabalho não-qualificada ou de baixa qualificação entra, fundamentalmente, como custo para as empresas e

---

“O Problema da absorção da mão de obra passa a ser dual: de um lado, a escassez de mão-de-obra qualificada como dramático ponto de estrangulamento; de outro, a abundância de mão-de-obra sem qualificação à margem da economia de mercado” (ALMEIDA, 1974, p. 41; Cf. ainda SINGER, Paul – 105, p. 10).

não como demanda. Por isso, para as empresas, o arrocho salarial sobre essa faixa é necessário. Evidentemente, isso leva a uma degradação (e/ou concentração) do setor produtor de bens de consumo operário. Pode levar – e efetivamente levou – a uma divisão interna aos chamados setores tradicionais da indústria. Há assim, por exemplo, um setor industrial de tecidos “para a massa” e um outro “de luxo”.

A mudança nos “padrões de consumo” dos assalariados passa a ser constantemente lembrada, notadamente depois de estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE, 1974). Ainda assim, as dificuldades de valorização no setor de bens de consumo não-duráveis (principalmente os chamados bens de consumo de massa) persistem. E mais: só não se agravam quando encontram possibilidade de realização exportando. Segundo estudo de Maria Conceição Tavares, a importância de cada faixa da população para o mercado comporia o seguinte quadro:

“Grupo A: se apropria do excedente que alimenta o processo de acumulação e diversificação do consumo

Grupo B1: núcleo fundamental do mercado moderno

Grupo B2: base do mercado moderno

B1 + B2: maior posição absoluta e relativa no período

Grupo C: base da extração do excedente e principal suporte do mercado tradicional. Seu poder de compra flutua com o salário-mínimo real.

Grupo D: fora do mercado consumidor moderno. Uma parte de D representa a base de extração do excedente para os setores tradicionais e tem pequena participação relativa no consumo capitalista; a outra parte, cujas dimensões não se conhece, é constituída pela população marginal” (TAVARES, 1973, pp. 202-3).

- 7) Finalmente, mas não com menos importância, deve-se destacar aquilo que é um tema recorrente na literatura que discute o desenvolvimento econômico brasileiro: o papel decisivo do Estado. O próprio nascimento da indústria deu-se aqui como produto de fortíssimos encargos do Estado, e mesmo do saque a suas finanças. Trata-se, em suma, de uma política de barateamento do custo do capital, de estímulo à sua formação<sup>8</sup>. A literatura econômica não se cansa de apontar o peso crescente do poder público na definição dos fatores que potenciam a acumulação<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Em estudo publicado pelo IPEA, José Almeida (1974; p. 49) caracteriza a política cambial como mecanismo de transferência de recursos do setor rural para o industrial e a inflação como mecanismo de transferência do setor privado para o público e da classe trabalhadora para a classe empresarial; Cf. ainda BAER (1975, CAPÍTULO 5), sobre os fundos para a industrialização, onde se explica a tese de que “o governo investe mais do que poupa”; Cf. ainda, de outro ângulo, o artigo de M.C. Tavares, “Além da Estagnação”, em TAVARES, 1973, p. 169, principalmente).

<sup>9</sup> Entre esses fatores temos: 1) o abaixamento da composição orgânica média do capital, por exemplo, pela sua irrupção massiva em esferas em que tal composição seja baixa; 2) elevação da taxa de mais-valia, pelo crescimento da intensidade do trabalho ou pela derrota radical e atomização política da classe operária; 3) pelo abaixamento do preço de certos

No caso brasileiro<sup>10</sup>, a ação estatal poderia ser identificada, sinteticamente, nas seguintes iniciativas:

- a) o estado toma a seu cargo setores de base não-rentáveis ou setores cujos produtos têm preços “administrados”;
- b) repasse, a empresas privadas, de empresas e/ou instalações construídas ou, algumas vezes, saneadas pelo gasto público;
- c) socialização crescente da geração, formação e disciplinamento da força de trabalho adequada às empresas;
- d) aplicação rotineira, e por diferentes vias, do princípio de nacionalização das perdas, reprivatização dos lucros;
- e) sistemas crescentemente complexos de subsídios, incentivos fiscais, etc.;
- f) garantia explícita de margem de lucros, regulamentação de preços, política de preços mínimos, etc.;
- g) contratação de obras públicas e compra, pelo Estado, de bens e serviços das empresas privadas.

---

elementos do capital constante (matérias-primas, sobretudo); 4) encurtamento do ciclo de renovação do capital circulante, pelo aperfeiçoamento do sistema de transportes e comunicações, das técnicas de distribuição, etc.

<sup>10</sup> De modo algum se sugere aqui que tal “caso” constitua absoluta singularidade; o que pode haver, em outras histórias nacionais, é um arranjo diferente dos itens aqui listados.

## O MILAGRE E SUA CRISE

Dadas essas peculiaridades do desenvolvimento capitalista no Brasil, talvez possamos entender melhor o país que a “democracia restaurada” dos anos 80 herdou da ditadura militar.

O “milagre brasileiro”, isto é, o período de crescimento econômico acelerado dos anos 1968-1973, tinha dependido em grande medida de duas ordens de fatores:

- a) uma conjuntura internacional com enormes coincidências favoráveis à acumulação interna de capital (possibilidade e interesse dos capitais estrangeiros de concederem empréstimos de curto prazo; mercado excepcionalmente favorável para alguns produtos de exportação, como a soja, por exemplo);
- b) utilização da capacidade ociosa existente no aparato produtivo nacional e possibilidade de absorção de um sobretabalho absoluto da população economicamente ativa (dada a enorme reserva disponível de força de trabalho, ou seja, “capacidade ociosa” em termos de homem-hora). Essa intensa utilização da capacidade instalada e da reserva de força de trabalho se evidenciou nos seguintes fatos, entre outros: as indústrias passam a trabalhar mais horas por dia (horas extraordinárias, turnos duplos ou triplos), mais dias por ano (aos domingos e feriados; aliás, os próprios feriados foram reduzidos por decreto governamental), absorvendo a maior parte das horas da vida do trabalhador e da própria família assalariada em seu conjunto<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Aproximando-se de situação clássica, descrita por Marx, por exemplo no volume I do Capital, com os capítulos VIII (Jornada de Trabalho), XIII



Para a concretização dessa decolagem econômica, seria fundamental, por um lado, supor o “saneamento” provocado, entre empresários e proletários, pela recessão dos anos 1963-67. Além disso, temos que observar uma série de medidas institucionais (e policiais...) que, para os assalariados, se refletiram na desorganização da resistência trabalhista.

Esses mesmos fatores, depois de 1973, mostram sua contrapartida negativa. A exploração absoluta das reservas de força de trabalho parece chegar perto do limite, inclusive com a eclosão de movimentos reivindicatórios de proporções cada vez mais importantes. Neste particular, além disso, o capital se encontra, naquela conjuntura, às voltas com dificuldades para gerar, manter ou transferir rapidamente a sua “escravaria assalariada”, de setor a setor. Uma outra mobilidade, a do capital, também encontra obstáculos, – tornando dolorosa a fase de “reajustamento”, ou de retorno ao país dos preços e tarifas “reais”, subjacentes à densa malha de incentivos fiscais, artifícios creditícios, etc. A dificuldade é ainda mais visível depois que o último sonho de transição pacífica para outro ciclo expansivo (o II Plano Nacional de Desenvolvimento, da administração Geisel) mostrou-se como pesadelo, em particular para setores do capital local (caso explícito da indústria de bens de capital, por exemplo).

Pelo lado do setor externo, o quadro não era muito alentador. Os produtos exportados enfrentavam dificuldades as mais diversas.

---

(Maquinaria e Grande Indústria), XXI (Reprodução Simples) e XXII (Conversão da mais-valia em Capital). Ver ainda, nos Grundrisse (MARX, 1971, vol. I) o “Capítulo do dinheiro (o dinheiro como capital”.

Soja, algodão, porque encontravam os concorrentes norte-americanos recuperados, depois da crise dos anos imediatamente anteriores. O café, embora experimente fases de boas vendas, não pode escapar à situação de “produto de sobremesa”. Os calçados, tecidos e os chamados “semi-manufaturados” encontram obstáculos protecionistas cada vez maiores nos EUA. Aliás, o aumento do protecionismo dos países avançados e a crise energética colaboram para piorar as contas do país com o exterior. Em outros termos, a dificuldade crônica de transformar moeda nacional em divisa internacional, para remeter lucros, juros, pagamentos de tecnologia, etc. encontra-se então agravada pelo aumento dos preços do petróleo. A cada um dos agravamentos cíclicos desse problema crônico, a solução apontada pela tecnocracia do regime militar (e não muito diferente de seus herdeiros da Nova República) é o incremento das exportações e/ou o reinvestimento local.

Atenção para o último escape, apontado no parágrafo acima: o reinvestimento local iria significar, no quadro da economia brasileira, uma nova onda de desnacionalização do aparato produtivo interno. A este respeito, as décadas anteriores são pródigas em lições, como já procuramos indicar, anteriormente, para os anos 50. Para a década de 60, Maria Conceição Tavares chega a mencionar explicitamente uma política de aprofundamento deliberado da crise econômica, quando da passagem de Roberto Campos pelo Ministério do Planejamento.

Nos anos 80, as seguintes medidas, em traços simplificados, parecem corporificar o aprofundamento da penetração imperialista:

- a) maior abertura aos investimentos diretos do capital estrangeiro, tentando atraí-los com o aumento de concessões;

- b) maior desnacionalização das empresas locais (privadas ou estatais);
- c) consolidação do endividamento público externo, postergando seu pagamento;
- d) maior entrega da exploração de recursos naturais ao capital estrangeiro;
- e) maior submissão do funcionamento das empresas nacionais (mormente as estatais) à lógica do lucro das empresas estrangeiras;
- f) finalmente, mas não menos importante, aumento da taxa de exploração da força de trabalho, diretamente nas unidades de produção, rebaixando, também aí, o chamado “custo Brasil”.

Ora, no início dos anos 80, não estamos diante de um novo ciclo deste tipo? Nessa ocasião, empresários e autoridades, referindo-se à recessão em curso e à onda de desemprego, falam num processo de reajuste da oferta de bens e serviços<sup>12</sup>, aludindo a uma necessária e desejável mobilidade do capital e da força de trabalho.. Evidentemente, esse é um dos efeitos “saneadores” das crises econômicas.

A realocação de recursos, por um lado, afetaria uma serie de produtores menos aptos a enfrentar a “seleção natural”, conforme reconhecem os próprios empresários.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> A Gazeta Mercantil de 27/03/1981 traz, nesse sentido, declarações de diferentes figuras sociais: um dirigente da Confederação Nacional da Indústria, o secretário do Conselho de Desenvolvimento Industrial e o Ministro do Trabalho.

<sup>13</sup> Cf. declarações do presidente da Associação Brasileira das Indústrias Eletro-Eletrônicas, reproduzida em vários órgãos de imprensa no mês de abril de 1981.

A realocação de força de trabalho implicaria aquilo que a nova versão da teoria do “crescimento do bolo” chama de “sacrifícios temporários” para o proletariado: instabilidade de emprego, queda do nível médio dos salários, etc.

O saneamento (principalmente a estabilidade monetária que reconstituiria a credibilidade das instituições econômicas oficiais) e a estabilidade política constituem condição indispensável para que os grandes conglomerados multinacionais se disponham a uma conversão de seus empréstimos, lucros, juros etc. em capital de risco, reinvestimentos. Ou seja, para essa operação o grande capital deve estar convencido de que “o Brasil é um bom negócio”, como afirma um executivo do Banco Central ao diário paulista Gazeta Mercantil (edição de 27/03/81)

Convém lembrar ao leitor que estes são elementos de um cenário do início dos anos '80, não do final dos '90. Mas em que medida teriam sido alterados o enredo da peça e a caracterização dos figurantes? Resta indagar quem são os anônimos autores das cenas, a desenharem limites para diálogos que os personagens pensam criar.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, José - *Industrialização e emprego no Brasil*, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1974.
- AMIN, Samir, *Le développement inégal*, Paris, Minuit, 1973.
- ANDRADE, Regis - *Movimento Trabalhista e Sindicatos sob o nacional populismo*, CEBPAP, SP, mimeo, junho 1974.
- BACHA, E. - *Os mitos de uma década*, Paz e Terra, RJ, 1976;
- BACHA, E., da MATA, M. e MODENESI, Rui - *Encargos Trabalhistas e absorção de mão-de-obra*, RJ, IPEA/INPES, 1972.
- BACHA, Edmar - "Subemprego, mão de obra e crescimento", in *Revista Brasileira de Economia*, vol. 26, n. 1.
- BAER, Werner - *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1975.
- BARAN, Paul - *A economia política do desenvolvimento*, Zahar, R. Janeiro, 1972.
- CARDOSO, F.H. e FALLETTO, Enzo - *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Zahar, R. Janeiro, 1973.
- CARVALHO FRANCO, M.Sylvia - *O tempo das ilusões*, CEDEC, SP, 1975 (mimeo).
- CARVALHO FRANCO, M. Sylvia - *O homem livre na civilização do café*, SP, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969. Reeditado: *Homens livres na ordem escravocrata*, ed. Unesp, 1997.
- DIEESE - "Balanço trabalhista-sindical do Ano de 1966", in *Teoria e Prática* n. 3, São Paulo, Abril/1958.
- DIEESE - "Nível alimentar da população trabalhadora da cidade de São Paulo" in *Estudos Sócio-Econômicos* 1, SP, julho/1973, mimeo.
- DIEESE - "Caracterização, situação e férias do trabalhador nas indústrias químicas e farmacêuticas de São Paulo e Fundo de Garantia e estabilidade da mão-de-obra", DIEESE, São Paulo, 1971 (mimeo).
- DIEESE - "Dez Anos de política salarial", in *Estudos Sócio-Econômicos* n. 3, agosto/75, SP, mimeo.
- DIEESE - Família Assalariada: Padrão e custo de vida", in *Estudos Sócio-Econômicos* n. 2, janeiro de 1974, SP, mimeo.
- FAJNZYLBER, F. - *Sistema industrial e exportação de manufaturados*, IPEA/INPES, R. Janeiro, 1971.

- FAJNZYLBBER, F. - *Estratégia industrial e empresas internacionais - posição relativa da América Latina e do Brasil*, IPEA-INPES, R. Janeiro, 1971.
- FAJNZYLBBER, Fernando - "La empresa internacional en la industrialización de América Latina" in *Corporaciones Multinacionales en América Latina*, B. Aires, Ed. Periferia, 1973.
- FERNANDES, Andre - "Internationalisation et crise du capitalisme brésilien", in *Critique de l'Économie Politique* n. 22, Maspero, Paris, 1975 (out-dezembro) .
- GEGRAN (Grupo Executivo da Grande São Paulo)- Secretaria de Economia e Planejamento - *Pesquisa do setor industrial da Grande São Paulo*, 1969, mimeo.
- GUNDER FRANK, Andre - *Acumulação dependente e subdesenvolvimento*, ed. Brasiliense, SP, 1980
- LAURENTI, Ruy - "Alguns aspectos da mortalidade de crianças menores de 5 anos em três áreas brasileiras" in *Cadernos Cebrap* 16, São Paulo, Cebrap, 1978.
- LENIN - *O Imperialismo, estágio supremo do capitalismo*, Centelha, Coimbra, 1976.
- LENIN, W.I. - *Las tesis de abril*, Anteo, B. Aires 1973.
- LENIN - *Desarrollo del capitalismo en Rusia*, Cartago, B. Aires, 1970.
- LESSA, Carlos - *Quinze anos de política econômica*, in *Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, UNICAMP, Campinas, 1975.
- LUXEMBURG, Rosa - *A acumulação do capital*, Zahar, RJ, 1970.
- MANDEL, Ernest - "Classes sociales et crise politique", in *Critiques de l'Économie Politique*, n. 16/17, Paris, Maspero, abril/setembro de 1974.
- MANDEL - Concentration et centralization internationales du capital, in *Critiques de l'Économie Politique* n. 13/14, Paris, Maspero, 1973.
- MANDEL - *Le troisième âge du capitalisme*, Union Generale d'Éditions, (col. 10/18), Paris, 1976, 3 vols.
- MANDEL - *Ensayos sobre el neocapitalismo*, Era, México, 1971.
- MANDEL, Ernest - *Tratado de economia Marxista*, Era, México, 1972 - 2 v., 1972.
- MARX, K. - *Revolução e Contra-Revolução*, Amadora, Manuel Xavier ed., 1970.

- MARX, K. - *El Capital* (capítulo VI - inédito), B.Aires, Siglo Veintiuno, 1972.
- MARX, K. - *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*, B. Aires, Siglo Veintiuno, 1971 (2 vols.).
- MARX, K. - *EL Capital*, Fondo de Cultura Economica, Mexico, 1974, vol. I.
- MEIRELES, José - "Notes sur le rôle de l'Etat dans le developpement du capitalisme industriel au Brésil" in *Critiques de l'Economie Politique* n. 16/17, Paris, Maspero, abril/setembro de 1974.
- MELLO, João Manoel Cardoso de - *O Capitalismo Tardio*, tese de doutoramento, Universidade de Campinas, 1975.
- OLIVEIRA, F. - *A economia da dependência imperfeita*, Graal, RJ, 1977.
- OLIVEIRA, F.- "Mudanças da divisão inter-regional do trabalho no Brasil" (com Henri Philippe Reichstull), in *Estudos Cebrap* 34, Sao Paulo, 1973.
- OLIVEIRA, F. - "Capital, inflação e empresas multinacionais", in *Estudos Cebrap* 4, São Paulo, 1973.
- OLIVEIRA, Francisco de - "A Economia brasileira: critica à razão dualista", in *Estudos Cebrap*, 2, SP, 1973.
- PRADO JR., Caio - *História Econômica do Brasil*, Brasiliense, SP, 1971.
- SÁ JR., Francisco - "O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência", in *Estudos CEBRAP* n. 3, SP, Cebrap, 1973.
- SALAMA, Pierre - "Vers un nouveau modèle d'accumulation", in *Critiques de l'Économie Politique*, 16/17, Paris, Maspero, abril/setembro 1974.
- SALAMA, Pierre - *Le procès de 'sous-developpement*, Paris, Maspero, 1972.
- SILVA, Sérgio - *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, Alfa-Ômega, S.Paulo, 1976.
- SINGER, Paul - A economia brasileira depois de 1964, in *Debate e Crítica* n. 4, S.Paulo, 1974.
- SINGER, Paul - "As contradições do milagre", in *Estudos Cebrap* 6, São Paulo, 1973.
- SINGER, Paul - *Desenvolvimento e crise*, S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1958.

- SINGER, Paul - "Elementos para uma teoria do emprego aplicável a países não desenvolvidos", in *Cadernos Cebrap* 18, São Paulo, Cebrap, s/d
- SINGER, Paul - "Força de trabalho e emprego no Brasil: 1920-69", in *Cadernos Cebrap* n. 3, Cebrap, S.Paulo, 1971.
- SINGER, Paul - "O 'milagre brasileiro': causas e consequências", *Cadernos Cebrap* n. 6, Cebrap, SP, 1972.
- SINGER, Paul - "Implicações econômicas e sociais da dinâmica populacional brasileira, in *Cadernos Cebrap* n. 20, CEBRAP, S. Paulo, s.d.
- STAVENHAGEN, Rodolfo - "Sete teses equivocadas sobre a América Latina" in J.C.DURAND (org) - *Sociologia do Desenvolvimento*, ed. Zahar RJ, 1967.
- TAVARES, Maria Conceição - *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*, R.Janeiro, Zahar, 1973.
- TROTSKY, Leon - *História da Revolução Russa*, R.Janeiro, ed. Saga, 1967 (vol. 1).
- TROTSKY, Leon - *La revolución permanente*, Juan Pablos ed., Mexico, 1972.
- TROTSKY, Leon - *Balanço e perspectivas*, Lisboa, ed. Antídoto, 1979.



## 2. BRASIL, 1984: FIM DE TRAGÉDIA OU RECOMEÇO DA FARSA?

O Brasil do final de 1984, na agonia da ditadura militar, exibia cenas surpreendentes para o observador que se limitasse à superfície dos fatos. Em uma delas, em entrevista a SENHOR (02/05/84), um tecnocrata da ditadura Médici, o ex-presidente do Banco Central, Paulo Lira, defendia a abertura democrática e o rompimento (moderado, se possível...) com o sistema financeiro internacional. Em outro flagrante, surge a figura do general Golbery, antes tido e cantado como mago da “abertura” e então rendido à candidatura malufista, que dificilmente poderia ser associada a qualquer projeto de “redemocratização”.

Contudo, é possível apontar razões por detrás dos aparentes disparates dessa história recente. Para isso, comecemos por identificar o país que nos inventaram esses senhores, ou seja, o país criado para que os “donos do poder” se dedicassem ao seu macabro laboratório econômico-social.

Entre 1964 e 1969, profundas reformas adequaram o Estado brasileiro a um papel que já lhe era atribuído antes mesmo do golpe de 1º de abril: o papel de concedente do poder econômico, e, através de saques da política econômica dirigida, de modelador da fisionomia e da composição das classes dominantes.

Entre essas mudanças, cite-se a reforma administrativa, “resolução silenciosa”, nome dado pelo ministro Hélio Beltrão ao seu decreto-lei 200, no governo Castelo Branco. Por ela, se buscava “agilizar” a administração estatal e o agente oficial, liberando-os do controle político (o que era o essencial...).

Complemento indispensável: a reforma tributária de 1966, pela qual o Estado (e o executivo federal, em particular) se concede o direito de extrair colossais recursos e administrá-los, também sem qualquer forma efetiva de controle pela sociedade civil, pelos representantes da cidadania, ou coisa que o valha. De quebra, ela tornava os administradores estaduais e municipais meros gerentes, executores dos repasses da União.

A reforma bancária de 1964 visava a modernização do sistema financeiro, além de dar forma ao Conselho Monetário Nacional e ao Banco Central. Em 1967/8, porém, ambos seriam ainda mais atrelados ao presidente da República, que os dirige, na verdade, através de prepostos.

Desnecessário sublinhar, ainda, o papel de “reformas políticas” como a Lei de Segurança Nacional, os atos institucionais, a constituição de 1967, a emenda constitucional de 1969 – criadores de um novo quadro regulador do comportamento coletivo consentido pelo novo regime. Desnecessário destacar, por último mas não com menos importância, as profundas reformas na legislação trabalhista. A estrutura sindical corporativa foi remoçada pelas infinitas portarias e pela presença sempre vigilante do Ministério do Trabalho (e dos órgãos de informação...). A criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço,

além de contornar o inconveniente econômico e político da estabilidade, criou um gigantesco saldo a ser manipulado pela tecnocracia em função das necessidades de acumulação do capital.

Tudo enfim parecia em ordem para criar um poder que se eternizasse e um “milagre econômico” sem limites. Como todas as eternidades, contudo, estas também eram enganosas.

## ENDIVIDAMENTO E MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA

Em 1967, a Resolução 63 do Banco Central abria as portas para uma política de endividamento, ou, como afirmava candidamente o mesmo Paulo Lira, para “acelerar o desenvolvimento acima de nossa capacidade interna”. O cuidado exigido para isso: manter reservas, exportar muito e manejar cuidadosamente o perfil da dívida, para que os pagamentos de prestações e juros fossem cumpríveis. Como consequência desse imbróglio, o observador que compara 1964 e 1972, apogeu do “milagre”, tem a impressão de contemplar dois países muito diferentes chamados pelo mesmo nome. Os indicadores dessa mutação são vários e de diferentes naturezas. A produção de lingotes de aço e o consumo de borracha sintética triplicaram; o consumo de cimento e a capacidade instalada de energia elétrica dobraram. O país de 1964 tinha correios desmoralizados e telefones inoperantes. O país de 1972 assiste TV a cores, transmissões internacionais, telefona instantaneamente para quase todos os lugares do mundo – e o sistema bancário pode portanto fazer pagamentos e transferências à distância

com crescente facilidade. Parecia aberto o caminho para uma espécie de fascismo afluente, alimentado pela fantasia das bolsas, das cadernetas de poupança, do acesso a eletrodomésticos e automóveis, aos apartamentos financiados... e ao consentimento silencioso da tortura. Para manter esse crescimento “dolarizado”, alguns efeitos “colaterais” já surgiam: a área cultivada e a produção de arroz, feijão, batata, pouco cresceram; em compensação, a soja para exportação teve sua produção multiplicada por cinco.

O milagre porem não se sustentou apenas dos méritos (interdependentes) repressivos e administrativos dos donos do poder. Afinal, seria ele possível sem os dólares ambulantes à disposição do empresário? Seria ele possível sem algumas casualidades (como a crise da soja nos Estados Unidos) que favoreciam exportadores brasileiros?

## O BRASIL DEBAIXO DA OCUPAÇÃO IMPERIALISTA: OS GERENTES LOCAIS ASSINAM AS DÍVIDAS

Hoje em dia, até quem nada mais sabe, sabe pelo menos que o movimento de 1964 foi filho legítimo de uma notória intervenção norte-americana. E os governos que se instalaram a partir daí viveram sob a doutrina do “guarda-chuva de Tio Sam” e com ele se alinharam. Ditadores impostos pelas armas aos nativos, assinaram, em nome desses mesmos nativos, atraentes contratos, empréstimos que iriam se revelar, com o tempo, poderosas usinas geradoras de juros em cascata. O tributo de guerra imperialista.

Os gigantescos projetos estatais – molas-mestras do desenvolvimento industrial “legitimador” do regime diante da maioria silenciosa – foram paulatinamente mostrando a sua face oculta. Em 1983 já se noticiava que o déficit das estatais estourava, representando perto de 50% do déficit público global.

A dívida externa cresceu assustadoramente e o seu custo anual passava a consumir quase todo (senão todo) o valor das exportações. A dívida interna – dinheiro que o governo deve ao “Brasil” – chegou, em 1984 aos US\$ 29 bilhões. O governo dança na mão dos banqueiros: seus papéis, na orgia financeira, sustentam projetos, bancam subsídios, cobrem deficits... e pagam juros.

## OS ENVIDADOS PAGAM A PAZ SOCIAL AMERICANA E SEU EXÉRCITO DE OCUPAÇÃO MUNDIAL

Mas, afinal, de que se trata? Subornos, desvios, erros ? Mais do que isso, os excessos mostram a essência do regime. Em meados dos anos '80, ate mesmo economistas vinculados ao governo admitiam que, dos US\$ 100 bilhões da dívida externa, metade era constituída por prejuízos que nos últimos 4 ou 5 anos haviam sido causados pela recessão mundial (que atingiu o balanço comercial através de protecionismo e/ ou queda no valor das matérias-primas e semi-industrializados exportados) e pela flutuação estrondosa das taxas de juros internacionais. Note-se bem: os empréstimos brasileiros tinham sido feitos a juros flutuantes. Em meados de maio, o próprio Ministro

da Fazenda, Ernane Galveas, afirmou à imprensa norte-americana, que apenas de 1979 a 1983, o Brasil pagou US\$ 20 bilhões só em juros da dívida.

A taxa interbancária americana, que em 1976 estava nos 6,25% ao ano (e historicamente girava em torno de um eixo que chegava a ser menor que esse) saltou para 11,75% em 1977, 15% em 1978, 21,50% em 1979, 21,50% em 1980, 15,75% em 1981, 14,58% em 1982, 10,40% em 1983, 12,5% em maio/84. E o seu reflexo sobre o conjunto da economia mundial não tardou, como era de se esperar, tendo em vista a unidade contraditória embutida no dólar: moeda nacional e divisa internacional. A situação se complicou depois de 1971, quando o governo norte-americano desvinculou o dólar do lastro-ouro. A partir daí, um papel meramente pintado nos EUA aparece como instrumento de intervenção e devastação sobre todos os países dominados. O dólar é cada vez mais, como já se disse muitas vezes, uma “moeda de OCUPAÇÃO”.

Em 1984, nos estertores da ditadura brasileira, o nosso querido “irmão do hemisfério norte” exibia um déficit orçamentário superior a USS 200 bilhões e uma dívida pública (maio/84) de US\$ 1,5 trilhão. Para que? Por exemplo, para sustentar os orçamentos de seu “bem-estar social”, os rombos de sua previdência, coisa indispensável para a contenção dos conflitos internos de classe. E mais: para sustentar as aventuras militares e cosmonáuticas destinadas a patrulhar o mundo – a propósito, 50% dos efetivos militares norte-americanos já estavam em terras estrangeiras. Tornava-se ainda mais evidente um fato cru: a maior potência do mundo apresentava aos países endividados a conta

dessa salvaguarda do mundo ocidental livre e “estável” – inclusive a conta de seu orçamento militar de US\$ 286 bilhões. Essa é a graciosa situação que conduz os trabalhadores e felizes consumidores dos países dominados a transferirem rendas para o centro internacional, através da liquidação de matérias-primas e manufaturas ou do pagamento da hemorragia cambial dos juros da dívida. O mundo ocidental foi transformado numa nova “Liga de Delos” e o novo imperialismo “ateniense” tem sede em Nova York e Washington.<sup>14</sup>

Os bancos não parecem dispostos a negociar com um país devedor substanciais reduções das dívidas, coisa inaceitável para seusacionistas e depositantes. Aparecia na mídia ou em desconversadores de ocasião a saída milagrosa para iludir os trouxas: negociar de governo a governo. Estaria Washington resignado a permitir substituição de Carrocho por “afrouxo” no Brasil, se isso custasse reduções em seu ‘welfare state’ ou no pesado sistema policial que sustenta no mundo? A face negra do “Guarda-chuva americano” cobra, regularmente, como os deuses antigos, os jovens que deverão ser entregues ao sacri-

---

<sup>14</sup> Tal situação fica mais evidente se observarmos o peso da dívida externa brasileira. Seguramente, alguns meses da produção anual bruta do país vão pagar os serviços, e prestações da dívida, as contas de royalties, e patentes, a remessa dos lucros, declarados ou não. Em outros termos, a exploração e repressão do capital atinge os níveis de uma escravidão assalariada, mediada pelo Estado e pelas empresas locais. O estado militar e o capitalismo predatórios são como que postos de recolhimento do tributo de guerra imperialista, agentes que transformam a produção brasileira do campo e da cidade em objeto de especulação nas bolsas mundiais. A Nova República declarou com a solenidade cínica de seu fundador que não iria pagar as dívidas com o sangue do povo brasileiro. Pagou e continua pagando – comme il fault.

fício pelos reinos dominados. A cerimônia não se dá com o lançamento ao mar ou ao fogo, mas com o sucateamento periódico das grandes fomes, do desemprego massivo e das mortes “naturais” antecipadas.

Os próprios agentes locais dos saqueadores sabem o risco que correm. O então ministro do Trabalho, Murilo Macedo, no plenário da OIT, declarou em 12/6/84: “os acontecimentos em vários países endividados estão a mostrar que a própria coesão social já começa a ser abalada, sendo acompanhada de crise dos valores morais, emergência de turbulência política e, até, violência generalizada”. Esta contradição colateral poderia levar a relativos endurecimentos dos governos latino-americanos nas negociações da dívida, uma vez constatado o efeito politicamente desagregador do “pagai a qualquer custo”. Pode-se também observar como os movimentos moleculares de resistência dos assalariados, uma vez generalizados, mudam efetivamente a “grande política”.

O quadro econômico revela suas fraquezas num país vulnerável pela aplicação absolutamente irracional de seus recursos ou dos empréstimos que obteve. Mas... irracional? Será mesmo? Para quem? Não certamente para os intermediários nacionais dos negócios, com suas comissões habituais. Não certamente para os centros industriais, que venderam seus badulaques as estatais e privadas brasileiras, através dos famigerados empréstimos vinculados à compra no centro empregador. Irracionais ... para quem alimentava a veleidade de um desenvolvimento autônomo.



A irracionalidade era também quase que inevitável – e portanto racional – no quadro em que tais “operações especiais” se efetivaram. Afinal, para isso tinha sido necessária uma ditadura e uma liberação do poder político frente a qualquer controle por parte da assim chamada sociedade civil. Para sustentar essa ditadura foi quase que fatal dividir o Estado em “feudos” organizados em torno de gigantes estatais governados pela divisão blindada do SNI e dos “oficiais de pijama”. As estatais constituíram, em cada setor da vida produtiva, anéis de solidariedade com o grande capital, fornecedor, cliente e saqueador do Tesouro público.

Essa máquina veio a constituir o verdadeiro e clandestino partido no poder, mais efetivo do que todas as aparências de pseudo-república encenada no congresso e nos parlamentos e administrações estaduais e municipais.

O general-presidente ordena os cavaleiros desses feudos. A estes últimos devem satisfações e juram obediência. E assim se constituiu a Republica dos Mandarins cuja crônica foi esboçada por José Carlos Assis em livro do mesmo nome. E é por isso que a exigência das eleições diretas para esse foco gerador de poder, a presidência, chocou-se contra um obstáculo muito mais forte do que um general teimoso. O “sistema” só iria ceder se tivesse garantias de “cobertura” na “retirada tática” dos mandarins (com suas arcas, evidentemente). Ou se o posto de presidente fosse limitado por fórmulas que desmontassem seu poder de fogo. Ou, enfim, se fosse vencido... em um combate mortal.

## A “TRANSIÇÃO SEM TRAUMAS”

Mas é verdade também que os anéis de solidariedade coligando empresários e tecnocratas tiveram seus momentos de crise e se encontraram, no meio dos anos '80, numa encruzilhada. Vão longe os anos de ilusão com o II PND. E são fortes ainda as lembranças de golpes como o projeto Açominas, a compra de material ferroviário no exterior e outras indelicadezas do estado frente ao grande capital nacional.

Não por acaso, no estrebuchar da ditadura, os empresários subitamente democráticos se preocupavam efetivamente com o controle que poderiam ter sobre as estatais, seus orçamentos e desatinos. Se preciso, ate mesmo com eleições diretas e parlamento “reformado”. Afinal, um regime sem freios e sem legitimação sempre corre o risco do clientelismo somozista e da “queda a quente”. Não foi outro o motivo pelo qual a emenda Leitão de Abreu, em 1984, com a qual a autocracia tentou ainda uma ultima manobra antes de ceder a presidência, incluiu a discussão sobre um “conselho de controle das estatais”, a modificação do instituto de decurso de prazo no caso dos decretos-lei, as reformas tributárias. O “Império da lei” – reivindicavam empresários e políticos até há algum tempo silentes e colaboradores do casuísmo e da repressão. Pode-se dizer que a ala reformadora do regime tinha um plano de institucionalização nesse sentido. Mas para que ele não fosse transbordado, tinha que se dar sob o controle da oligarquia no poder e nos ritmos que ela determinasse.

Ocorre porém que, justamente em função desses dois condicionantes, ela apareceu como tímida e lenta demais para as dimensões da crise (econômica, política, psico-social) e ousada e apressada demais para a rigidez dos interesses e “direitos adquiridos” que os vinte anos de ditadura constituíram em torno dos mandarins da linha dura.

A rigidez do Planalto, do SNI e dos interesses por eles gerados ameaçavam estrangular a economia e inviabilizar politicamente o país sonhado pelos ideólogos da distensão lenta, gradual e segura. Enquanto Maluf acenava utilizando o anticomunismo como arma, Aureliano Chaves advertia que o excessivo conservadorismo do regime brincava perigosamente com a possibilidade de uma “explosão dos bárbaros”. No que aliás coincidia com advertências anteriores feitas por empresários significativos. Vejamos alguns flashes:

Albano Franco, senador do PDS e presidente da Confederação Nacional da Indústria, em declarações à imprensa na primeira semana de outubro/83: “Os políticos que não explicam, correm o risco de ver a sociedade buscar explicações em outros expedientes”, E, citando Kennedy: “se uma sociedade não é capaz de ajudar os muitos que são pobres, não será capaz de salvar os poucos que são ricos”.

Olavo Setubal, em artigo especial para o Jornal do Brasil (09/10/83): frente à “incapacidade do regime produzir formas viáveis de convivência representativa”, trata-se de “recuperar a confiança dos agentes econômicos na palavra governamental e reconciliar a sociedade com o Estado e, assim, “tornar possível o engajamento de todos em torno de um projeto realista exe-

qüível e transformador”; como “a estabilidade política pode vir a ser trunfo decisivo na renegociação externa e na reconstrução nacional (...) a escolha de nossos dirigentes não pode ficar restrita a um pequeno círculo dentro de um partido”.

Mas, pelo outro lado, fica evidente que os personagens políticos que dependiam da manutenção daquele estado de coisas precisavam se escorar no espectro de “guerra civil”, convulsão intestina e retrocesso, como se mostrava no discurso de Paulo Maluf e na clara ameaça de “soltar os cães de guarda”, feita por seu propagandista Said Fahrat, na sua coluna, na revista Visão:

“a alternativa (se a oposição não ceder) não é lisonjeira. Infelizmente (sic), ainda está vivo um sistema de forças – que, a esta altura, já não repudia com a veemência de antes a hipótese de voltar a intervir. E constanger-se a retornar”

O sr. Fahrat diz “infelizmente” por elegância ou ironia ? O certo é que não se constrange ao invocar como guardas pretorianos do novo salvador-nacional, os “poderes de fato” das armas e dos canhões assinalados. Havia nisso uma certa utilidade, até para aqueles que negociavam a transição alegadamente sem traumas e sem custos. Deixar no ar a dúvida sobre os tais poderes de fato – até quando estes se dispõem a esse papel? – faz parte do arsenal de convencimento para amansar as gigantescas maiorias que pagam a conta das aventuras dos mandarins. Triste o destino dessa triste América luso-espanhola: ditaduras para selar indecentes compromissos de dívidas alternando-se com governos civis suficientemente covardes para pagá-las.

### 3. DO ASSIM CHAMADO “PENSAMENTO ÚNICO”

As duas notas a seguir foram originalmente elaboradas como editoriais da revista *Educação & Sociedade* (números 46 e 48, publicados em 1994), de cujo comitê de redação o autor participava. Cinco anos passados, ligeiras modificações foram feitas, sobretudo para tornar mais inteligíveis as referências fatuais demasiado marcadas pelo contexto.

#### I

De Collor a FHC, uma insistente campanha tem procurado nos convencer a encarar com naturalidade, e até mesmo certo alívio, o desmonte do “Estado-Providência”, monstro insidioso que esconderia, sob uma aparência benevolente e protetora, uma realidade marcada pela ineficácia, opressão e clientelismo. A publicidade, insista-se, é promovida pelo próprio Estado. Nas suas imagens costuma desfilar uma atraente promessa: deixando as atividades produtivas – que vão da fabricação de parafusos à extração de óleo de mamona – o aparelho governamental teria mais disciplina e recursos para se dedicar à sua verdadeira e indeclinável vocação, o assim chamado “setor social”. Com o tempo, a ofensiva acrescentou algumas novas trincheiras à

frente de batalha inicial e cada vez mais se preconiza e estimula a privatização também dessas últimas atividades, notadamente a saúde e a educação. Deixaram de ser indeclináveis.

No jargão neoliberal, profusamente repetido na mídia, algumas fórmulas parecem adquirir o estatuto da evidência incontestável. A isso já se deu o codinome de “pensamento único”. Segundo vetusta doutrina, a rigor, deveríamos chamar tudo isso de idéias dominantes isto é, idéias da classe dominante. Esta última forma tem a vantagem de lembrar que há relações entre idéias e agentes sociais. Faz suspeitar ainda que existam também idéias não dominantes – aquelas que os dominantes tentam desclassificar como “não-idéias”, como rebotalho da desrazão, do pré-conceito e de interesses “corporativos” obviamente condenáveis.

Entre as fórmulas hoje fartamente difundidas reinam aquela que pregam a privatização de empresas estatais e serviços públicos e necessidade de “desregulamentar” a vida social, isto é, diminuir a interferência dos poderes públicos sobre empreendimentos privados. Para vislumbrar o tamanho da mudança, lembremos que desde a I Guerra o discurso dito keynesiano dominava a cena, habitando a fala de personagens bem diversos – liberais, trabalhistas, conservadores. Pareciam aceitar seus achados e adequar-se ao figurino. Pregavam o Estado de Bem-Estar, arranjo institucional que corrigiria, através de mecanismos políticos, eventuais efeitos indesejados das relações mercantis. Agora, o pensamento neoliberal – com novidade bastante discutível na história das idéias – afirma serem outros os elementos a controlar e corrigir. Aponta-se reiteradamente a necessidade de limitar pela lei o poder político. Faz-se a apologia das virtudes práticas do

mercado livre e afirma-se a justeza ética da liberdade individual. Nesse contexto, recomendam que leiamos com atenção e reverência os impessoais e implacáveis sinais do mercado: oscilações salariais, fechamento de fábricas, perda de empregos e reordenamento das qualificações profissionais requisitadas. Devemos encarar esses “dados” como sentenças para as quais não existe instância de apelação e recurso, mensagens de imperiosa obediência, que nos dizem se nossas ações estão (ou não) devidamente ajustadas à existência e aos interesses dos outros. Isto é, ajustadas à “sociedade”, que a nova semântica apressadamente identifica com mercado e empresas.

Guardião da justiça, o mercado recompensaria a habilidade, a dedicação e a diligência. Matriz da riqueza, garantiria eficiência na alocação dos recursos existentes, pondo à disposição da sociedade os bens de que mais necessita. Mandatário da liberdade, impediria que a distribuição das posses materiais fosse submetida ao arbítrio e à ação deliberada de qualquer pessoa.

O sonho neoliberal avança até a redução dos poderes do voto ou das ocasiões e amplitudes de seu exercício. As áreas da atividade humana submetidas a decisões políticas deveriam ser minimizadas, com a correspondente e proporcional generalização da pura troca. Afinal, neste extremo, o da troca generalizada, o dinheiro é também uma espécie de voto. Através da nova cédula eleitoral, o dinheiro, cada indivíduo escolhe seu programa orçamentário e manda fazer aquilo que deseja: escolas, estradas, hospitais, manteiga ou canhões. Votos e encomendas. O mercado se transforma em grande e permanente plebiscito, em que cada cidadão vota com as cédulas de que dispõe.

Para a tristeza do sonho neoliberal, no Universo real em que vivemos, contudo, as coisas ainda não chegaram a tal perfeição. As “preferências dos consumidores”, relativamente a bens e serviços públicos, ainda se manifestam através de um processo político e não dos mecanismos de mercado. As escolhas tomam a forma efetiva de programas a respeito de decisões orçamentárias. E o processo político envolve o voto, os pactos, acordos setoriais, pressões legislativas, ações judiciárias, lobbies etc.

Outro detalhe da realidade teimosa complica o modelo simplificador do monismo neoliberal. É que as empresas modernas têm seu perfil e seu futuro dependentes das políticas de governo, o que relativiza, e muito, seu caráter privado e livre. Investimentos públicos, demanda estatal, sistemas de proteção e estímulos fiscais socorrem o capital. Em contrapartida essas garantias transformam as iniciativas subsequentemente privadas em ações efetivamente induzidas pelo poder público. São dois lados da mesma moeda: absorção privada de receitas públicas e determinação pública da iniciativa privada. Para os partidários da “economia mista”, esse é um fato consumado, com o qual se tem de conviver. Para os ultraliberais, contudo, trata-se de um mal que se deve erradicar, ou pelo menos reduzir drasticamente, porque, a saber, a ação governamental é negligente com os custos, politiza perniciosamente as decisões e encoraja a irresponsabilidade administrativa, uma vez que não está submetida às penas do mercado, ao julgamento disciplinar dos preços.

A compreensão dessa lógica neoliberal é decisiva, sobretudo nas atuais circunstâncias, em que os projetos de privatização e desregulamentação chegam cada vez mais celeremente às atividades sociais



(educação, saúde, previdência), antes apontadas como beneficiárias da oem-aventurada liquidação de um famigerado Estado-empresário. Fratemos de desvendar os pressupostos e limites do “pensamento único”. Em primeiro lugar, para que não seja único.

## II

Voltemos a fita e focalizemos o fim de 1994: o governo federal executa um orçamento que teve sua votação transformada em aclamação a posteriori. Registre-se mais claramente o episódio: o orçamento da união, relativo a 1994, só foi aprovado pelo Congresso no final do exercício! Nesse particular, manobras protelatórias do Executivo e inoperância do Legislativo ameaçam assimilar a república ao absolutismo imperial e ao arbítrio das ditaduras. Ao mesmo tempo, um outro orçamento paralelo, o Fundo Social de Emergência, também teve sua execução marcada pelo desvio dos fins declarados: a maior parte de seus recursos foi destinada a objetivos situados muito longe das atividades sociais a que deveriam chegar (ou pelo menos a que diziam visar).

Ao mesmo tempo, assistimos talvez a um dos momentos mais generosos de renúncia fiscal por parte do Estado, por meio de benefícios e isenções, da protelação de cobranças ou da pura e simples sonegação. Some-se a isso a tolerância para com “depositários infieis” gracioso nome que serve para identificar empresários que descontam de seus funcionários a contribuição previdenciária e o Imposto de Renda na fonte, mas deixam de repassar os valores aos poderes públicos

competentes. No Brasil, há muito se sabe que apenas assalariados pagam imposto – sempre, sem falta e antecipadamente. Agora também temos certeza de que muitos dos trabalhadores *pensam* que pagam impostos ao Estado, mas na verdade apenas financiam seus patrões, por meio de uma fraude que aposta na tolerância oficial.

As políticas públicas são vítimas preferenciais dessa escassez e/ou desvio de recursos. A educação é terreno ainda mais preocupante – até pela importância estratégica que a ele dão, verbalmente, todos os programas políticos. Estima-se que dos investimentos em sistemas públicos de educação cerca de 80% são absorvidos antes de chegar à atividade-fim, isto é, à educação propriamente dita. Já muito se escreveu sobre a indústria da seca Talvez caiba cunhar outra expressão para nomear a análoga indústria do analfabetismo puro e simples, ou do analfabetismo funcional em sentido estrito

No bojo da penúltima campanha eleitoral, um instituto de pesquisa divulgou resultados instigantes. Tentava captar o impacto do chamado “caso Ricúpero” – em que o ministro da Fazenda, inadvertidamente, deixava escapar detalhes sobre o comportamento duvidosamente ético do aparelho governamental. Os pesquisadores resolveram incluir uma oportuna e sagaz pergunta, sobre o significado da palavra “escrúpulo”, termo-chave numa das frases mais escandalosas do caso. Luminosa questão. A maioria dos pesquisados sequer desconfiava do seu sentido. Independente do juízo que se faça sobre o evento em pauta, é certo que essa ignorância e essa inacessibilidade à compreensão certamente não servem à democracia. É mais fácil desconfiar, aliás, que ela faz parte de complexa engrenagem, de uma indústria do analfabetismo que se sustenta e retroalimenta há muitas gerações, e

que muito convém a oligarquias que atravessam regimes, governos e campanhas.

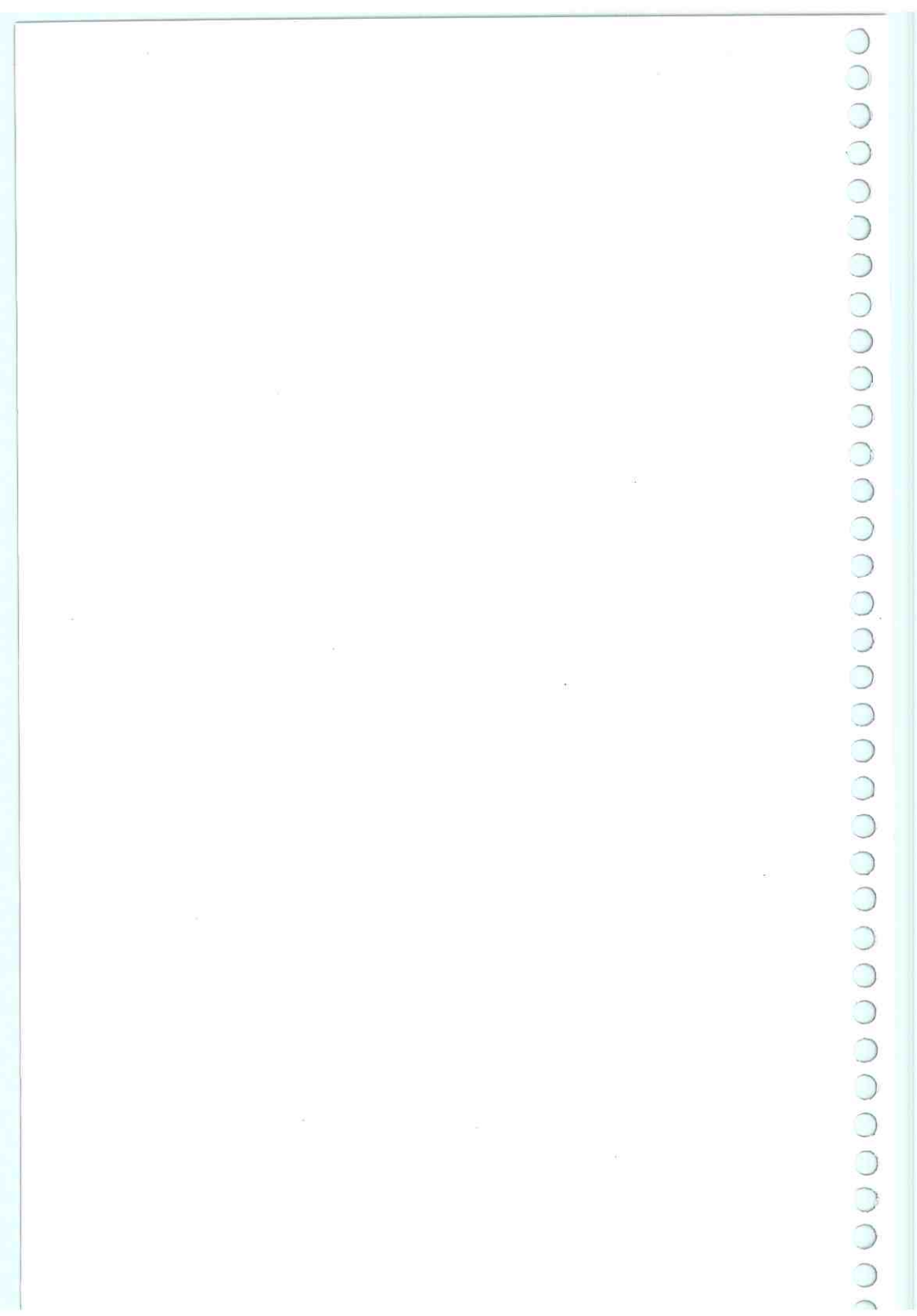
O final do ano de 1994 teve os tristes parâmetros mencionados nos primeiros parágrafos desta nota. Os anos seguintes confirmaram a permanência do quadro. Mais do que nunca é preciso trabalhar para envelhecer as infelizmente atuais palavras do poeta:

“Os tempos modernos não começam de uma vez por todas  
Meu avô já vivia numa época nova  
Meu neto talvez ainda viva na antiga  
A carne nova come-se com velhos garfos

Época nova não a fizeram os automóveis  
Nem os tanques  
Nem os aviões sobre os telhados  
Nem os bombardeiros.

As novas antenas continuaram a difundir as velhas asneiras  
A sabedoria continuou a passar de boca em boca.”

(Bertold Brecht – 1898-1956)



NOME (Name): \_\_\_\_\_

ENDEREÇO (Address): \_\_\_\_\_

RECEBEMOS: \_\_\_\_\_

We have received: \_\_\_\_\_

FALTA-NOS: \_\_\_\_\_

We are lacking: \_\_\_\_\_

ENVIAMOS EM PERMUTA: \_\_\_\_\_

We are sending in exchange: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_

Date: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA  
SUSPENSÃO DA REMESSA**

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further  
publications are not wanted.

À  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH  
**SETOR DE PUBLICAÇÕES**  
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"  
Caixa Postal 6.110  
13083-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (019) 788.1603 / 788.1604  
Telefax (019) 788.1589

